

VANGUARDA ACADÉMICA

Revista Científica

Vol. 1 · N.º 1 Junho/2026

Temas que deveriam ser obrigatórios na escola: Uma reflexão para além do currículo tradicional

Topics that should be mandatory at school: A reflection beyond the traditional curriculum

Alberto Tchiyanga Katchaca Tchindumbu

Escola Primária N.º 1072 Bla – Kapilongo - Benguela

✉ [email. albertotchindumbu@gmail.com](mailto:albertotchindumbu@gmail.com)

Recebido: 27/04/2026 | **Aceite:** 15/05/2026 | **Publicado:** 17/06/2026

Resumo

A escola é um espaço que promove a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos através das variadíssimas disciplinas que compõem o plano curricular, com vista a preparar o homem para a vida, porém, a própria vida tem demonstrado que das muitas matérias trabalhadas na escola, existem aquelas que podem ser consideradas fundamentais para que o próprio homem consiga dar respostas aos desafios da vida. Assim, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre os temas que deveriam integrar de forma obrigatória o currículo escolar, ultrapassando os limites das disciplinas convencionais. Este estudo possui carácter qualitativo, bibliográfico, documental e reflexivo, e propõe áreas como educação patriótica, filosofia para crianças e jovens, primeiros socorros, orientação vocacional e profissional, educação financeira, resolução de conflitos e cultura de paz como componentes fundamentais para a construção do homem. A abordagem proposta parte de uma reflexão crítica combinada com a observação dos fenómenos, comportamentos do dia-a-dia, com foco no diálogo entre demandas sociais e formação escolar.

Palavras-chave: Currículo, Temas que deveriam ser obrigatórios na escola, Formação integral.

Abstract

School is a space that promotes the acquisition and development of knowledge, skills, habits through the many different subjects that make up the curriculum, with a view to preparing man for life, however, life itself has demonstrated that of the many subjects covered at school, there are those that can be considered fundamental for man himself to be able to respond to life's challenges. Therefore, this article proposes a critical reflection on the themes that should be a mandatory part of the school curriculum, going beyond the limits of conventional subjects. This study has a qualitative, bibliographic, documentary and reflective nature, and proposes areas such as patriotic education, philosophy for children and young people, first aid, vocational and professional guidance, financial education, conflict resolution and a culture of peace as fundamental components for the construction of man. The proposed approach is based on critical reflection combined with the observation of phenomena and everyday behaviors, focusing on the dialogue between social demands and educational training.

Keywords: CV, Topics that should be mandatory at school, Comprehensive training.

1. Introdução

Comecemos a nossa reflexão partindo do facto histórico proposto por Piletti (2004): Por ocasião do tratado de Lancaster, na Pensilvânia (Estados Unidos), no ano de 1744, entre o governo da Virgínia e as seis nações indígenas, os representantes da Virgínia informaram aos índios que em Williamsburg havia um colégio dotado de fundos para educação de jovens índios e que, se os chefes das seis nações quisessem enviar meia dúzia de seus meninos, o governo se responsabilizaria para que eles fossem bem tratados e aprendessem todos os conhecimentos do homem branco. A essa oferta, o representante dos índios respondeu:

“Apreciamos enormemente o tipo de educação que é dada nesses colégios e nos damos conta de que o cuidado de nossos jovens, durante sua permanência entre vocês, será custoso. Estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo coração. Mas aqueles que são sábios

reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

.... Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam a vossa ciência. Mas, quando voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorante da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles ficaram totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores da Virgínia que nos enviem alguns de seus jovens que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens”.

Este facto revela profundas reflexões sobre o sentido da educação, suas funções e seus limites culturais. Por isso, Piletti (2004) argumenta que cada país, cada sociedade tem realidades e valores diferentes e, conseqüentemente tem uma concepção diferente de educação. A escola, mais do que um espaço de reprodução de conteúdos clássicos, deve ser um lugar de preparação para a vida. Segundo Masschelein & Simons (s.d.), a escola é o tempo e o lugar onde temos um cuidado especial e interesse nas coisas, ou, em outras palavras, a escola focaliza a nossa atenção em algo. A escola infunde na nova geração uma atenção para com o mundo: as coisas começam a falar. No entanto, o que se ensina nem sempre responde aos desafios reais enfrentados pelos alunos dentro e fora da sala de aula.

Este artigo busca reflectir sobre quais temas deveriam ser obrigatórios na escola, indo além do currículo tradicional. Os referidos temas dialogam com a formação de competências sócioemocionais, pensamento crítico e autonomia, ampliando o papel da escola para além da transmissão de conteúdos. Assim, mais do que oferecer a pura e simples oportunidade de frequentar uma escola, a manutenção do sistema exige de todos nós algumas relações de cunho axiomático (Santos, s.d.).

2. Referencial teórico

O currículo, segundo Sacristán (2013), é mais do que um conjunto de conteúdos; é um reflexo das escolhas políticas, sociais e culturais de uma sociedade. Trata-se, como defende Tavares (2000, p.7) apud Silva (2011), de indagar sobre um espaço de estudo, de questionamento e de reflexão em que a inovação “aponta a dinâmica que deverá animar, atravessar e contextualizar” o currículo e a formação.

É perceptível, nos dias que correm que qualquer tipo de inovação pressupõe a sua aplicação a determinados objectos, situações, realidades, acontecimentos e a respectiva comunicação e divulgação como uma mais-valia social e comunitária e a nível local, regional, nacional e mundial. Assim também a inovação escolar implica a sua aplicação no currículo, como instrumento de desenvolvimento e aprendizagem, mais instituído ou instituinte, mais explícito ou tácito e, obviamente, na formação quer em relação aos conteúdos, aos métodos, às estratégias, às formas de organização e execução, gestão e avaliação (p. 7).

O currículo constitui assim um dos elementos centrais da prática educativa, representando não apenas um conjunto de conteúdos a serem ensinados, mas também um projecto formativo que orienta o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, falar de temas que deveriam ser obrigatórios na escola significa reflectir sobre quais conteúdos, conhecimentos e competências são essenciais para a formação integral dos alunos na nossa realidade, mas que muitas vezes não estão presentes ou são insuficientemente abordados no currículo escolar actual.

2.1. Temas que deveriam ser obrigatórios na escola

2.1.1. Educação patriótica

A educação patriótica é um tema de elevada responsabilidade para qualquer nação, de forma geral, e para o nosso país (Angola), de forma particular. Reflectida na Lei N.º 32/20 de 12 de Agosto - que altera a Lei N.º 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, ela insere-se como um instrumento para o despertar do sentimento de pertença do seu povo. À luz desta lei, no seu artigo 4º (Fins do Sistema de Educação e Ensino), alínea a), o Sistema de Educação e Ensino tem o fim de “Desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas e o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente os jovens de maneira contínua e sistemática e elevar o seu

nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país”.

O patriotismo, de acordo com a Redação Brasil Paralelo (2022), “é uma virtude civil do indivíduo que ama seu território, o passado histórico que constituiu sua nação, a identidade cultural de onde vive e todo seu patrimônio construído”. Ele é entendido como a linha que separa a defesa autêntica de uma nação e a ideologia política. Assim, o patriota é aquele cidadão que ama o seu país de forma genuína, colocando os interesses da nação acima dos interesses particulares.

Etimologicamente, a educação tem origem do latim *educare* que é uma expressão derivada de *ex*, que significa “fora”, ou “exterior” e *ducere*, que tem significado de “guiar”, “instruir”, conduzir. Ou seja, em latim, a educação etimologicamente significa guiar para fora (Gramática, 2021). Ainda segundo a já citada Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, no seu artigo 2º (Educação e Sistema de Ensino), número 1, “A Educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva e se desenvolve na convivência humana, a fim de ser capaz de enfrentar os principais desafios da sociedade, especialmente na consolidação da paz e da unidade nacional e na promoção e protecção dos direitos da pessoa humana e do ambiente, bem como processo de desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, económico, social e cultural do País”.

Nessa perspectiva, a educação patriótica pode ser entendida como o processo educativo voltado para o desenvolvimento do amor à pátria, do respeito aos símbolos nacionais, da valorização da cultura e da história do país, bem como da responsabilidade cívica e social de cada cidadão.

Assiste-se a um crescente relativismo no seio da sociedade desencadeado pela grande dissonância entre o discurso patriótico e prática social, ou seja, fala-se de amor à pátria, mas vive-se num contexto onde o egoísmo, a corrupção, impunidade, nepotismo e uso indevido dos recursos públicos, predominam; onde a apatia social cresce, isto é, os cidadãos, especialmente os jovens, não acreditam que sua participação possa mudar alguma coisa.

Assim, o que significa para nós ter a educação patriótica como tema obrigatório na escola? Se recorrermos à máxima popular de que é “desde cedo que se torce o pepino”, significa para nós preparar o cidadão desde cedo para a consciência do bem comum, ou seja, dos interesses da nação. A educação patriótica deve despertar no aluno o sentido de pertença e responsabilidade com o país – e evitarmos afirmações como a de um anónimo que Kundongende (2013, p. 17) argumentara “Aquela terra fique mesmo vossa”; para este autor, “Esta afirmação é de um Angolano que vive na Europa e que, vendo como as coisas andam em Angola, prefere ficar no País em que está, do que voltar para a sua terra natal e vir passar o que sabemos” - levando-o a compreender que a pátria não é apenas o território, mas o conjunto de pessoas, valores, cultura e história que formam uma identidade colectiva. Assim o patriotismo se torna uma consciência activa, e não um simples sentimento. Ele não deve ser doutrinador, mas formativo e reflexivo, porque o contrário disso, como diz Ludwig (2025), a educação patriótica pode desenvolver nos alunos afectos de hostilidade em reação a outros países e culturas, aumentando o risco de conflitos entre eles. Pode provocar a limitação do pensamento crítico e da liberdade de expressão, incentivar a marginalização de grupos minoritários ou estrangeiros, acirrando divisões sociais. Aqui, perspectivamos uma educação patriótica que leve o aluno a questionar, compreender, agir e reflectir sobre: o papel do cidadão no desenvolvimento nacional; as injustiças sociais e o dever de transformá-las; o equilíbrio entre o amor à pátria e o respeito pela humanidade. A educação patriótica pode ser vista como uma filosofia de vida e ela deve estar em consonância com a verdade histórica do país e com a honestidade governativa.

2.1.2. Filosofia para crianças e jovens

Na já citada Lei Nº 32/20 de 12 de Agosto - que altera a Lei Nº 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, é possível vislumbrar no seu artigo 32º (Objectivos específicos no Iº Ciclo do Ensino Secundário Geral), alínea c) o propósito de “Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica”, bem como no seu artigo 33º (Objectivos específicos no IIº Ciclo do Ensino Secundário Geral), alínea c) a intenção de desenvolver uma visão do mundo assente no pensamento filosófico, lógico, abstracto e a capacidade

de avaliar a aplicação de modelos científicos para a resolução dos problemas da vida prática.

No nosso quotidiano assiste-se, ainda assim, a um cenário caracterizado por pouco espaço para o diálogo e reflexão; ausência de práticas filosóficas estruturadas; jovens que repetem opiniões sem saber justificarem; dificuldade em pensar criticamente; pouca autonomia intelectual; ensino focado em decorar, não em compreender.

Dizíamos no tema anterior que a educação patriótica, entre outros aspectos, deve levar o aluno a questionar, compreender, agir e reflectir sobre: o papel do cidadão no desenvolvimento nacional; as injustiças sociais e o dever de transformá-las. Questionar, compreender e reflectir são actividades próprias do acto de filosofar, na medida em que num mundo de *fake news*, manipulação, polarização e redes sociais, o pensamento crítico tornou-se essencial.

Analisando a obra “Um Projeto de Filosofia para Crianças” de autoria de Gabriela Castro, Berta Pimentel Miúdo, Magda Costa Carvalho de 2010, Santos (2012) destaca três problemas levantados na primeira parte do referido livro, dos quais sublinhamos o primeiro. O primeiro problema diz respeito à ensinabilidade de Filosofia para Crianças e enuncia-se nestes termos: podem as crianças filosofar? Segundo Santos (2012), as autoras são peremptoriamente afirmativas na resposta e escrevem na página 15: “A curiosidade, o espanto e o deslumbramento são características do ser humano desde a mais tenra idade. Ora, esses são também os requisitos do filósofo. Então, porque não educar os mais pequenos na e com a Filosofia?” Segundo Aranha & Martins (2016), as questões filosóficas fazem parte do nosso quotidiano. Qualquer decisão que tomamos se baseia sempre em reflexões que podem ser de natureza filosófica. Nesse contexto, a Filosofia não serve apenas para examinar ideias antigas, mas para ensinar a pensar por si mesmo, conviver e participar da sociedade com consciência, ética e liberdade. Brenifier (2007) sublinha o seguinte:

Pensar por si mesmo significa, antes de mais, compreender que o pensamento e o conhecimento não caem do céu prontos e acabados, mas que eles são produzidos por indivíduos tendo por único mérito terem-se debruçado sobre ideias, de as ter exprimido, de as ter examinado e de as ter trabalhado.

É possível, deste modo, compreender que o diálogo filosófico desde a base desperta e desenvolve a capacidade de argumentar, analisar, distinguir factos de opiniões, formular critérios, justificar ideias, prever consequências, avaliar alternativas, assumir responsabilidades. O mesmo treina as pessoas para que não sejam emocionalmente manipuláveis por líderes, mídias e grupos. Assim, a Filosofia ocupa um lugar especial na formação integral do indivíduo e, sendo ela a mãe de todas as ciências, está impregnada em todos os domínios do saber. Por isso, para a pergunta “Para que Filosofia?”, Chaui (2000) enfatiza o seguinte:

“Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas. Assim, o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo” (p. 11).

A filosofia para crianças e jovens é assim um tema imprescindível para formação do cidadão, pelo que tornar-se obrigatório na escola pressupõe não apenas criar uma disciplina formal desde a base, mas integrar o pensamento filosófico no quotidiano escolar e não só.

2.1.3. Primeiros socorros

A escola tem implícita em si a missão de preparar os cidadãos para a vida real e, na vida real, surgem variadíssimas situações inesperadas que merecem uma pronta intervenção, como os casos de acidentes tanto domésticos como rodoviários, assim como doenças súbitas. Os serviços de protecção civil e bombeiros, bem como os serviços de saúde emergenciais, especificamente o Instituto Nacional de Emergências Médicas de Angola (INEMA) assumem um papel crucial para a mitigação de tais situações, como refere o Decreto Presidencial N.º 185/17 de 11 de Agosto – Regulamento Orgânico do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, no seu artigo 2.º (Missão e atribuições), n.º 1 “O SPCB tem por missão planear, coordenar e executar a política de protecção civil e bombeiros, designadamente, a prevenção e a actuação em acidentes graves, catástrofes, calamidades, protecção e socorro às populações e aos seus bens”, assim como o Decreto Presidencial N.º 273/14 de 23 de Setembro – Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de

Emergências Médicas de Angola no seu artigo 6º, alínea e) “Assegurar a prestação de assistência pré-hospitalar e proceder a referenciação e transporte das pessoas acometidas por doença súbita ou acidentes, em situação de compromisso vital iminente, para as unidades de saúde adequadas e mais próximas”.

No entanto, a realidade tem demonstrado défice no que respeita a intervenção pontual desses órgãos por razões de vária ordem, como, em nosso entender, a insuficiência de meios e equipamentos necessários, combinada com o grande fluxo de chamadas emergenciais levando assim muitas pessoas a piorarem o seu quadro no referido local. Por não terem formação para tal, as pessoas à volta ficam impossibilitadas de prestar os primeiros socorros que impõem, limitando-se a olharem inertes. Assim, num país com grandes distâncias geográficas, desafios no acesso à saúde e limitações no tempo de resposta das emergências médicas, a escola torna-se um espaço privilegiado para capacitar desde a base as novas gerações em matérias de primeiros socorros, para que onde estiverem consigam prestar os cuidados iniciais até que cheguem as entidades competentes.

Podemos definir primeiros socorros como sendo os cuidados imediatos que devem ser prestados a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada¹.

Desde os primeiros anos do ensino primário as crianças podem aprender noções básicas de prevenção de acidentes, reconhecimento de perigos e pedido de ajuda. À medida que avançam para o ensino secundário, os estudantes podem dominar técnicas específicas como compressões torácicas (RCP), controlo de hemorragias, assistência em casos de queimaduras, fraturas, convulsões, entre outras, uma vez que os primeiros socorros representam um conhecimento transversal, útil a todas as idades e em qualquer contexto: na escola, no trabalho, em casa, no transporte público, em eventos ou na comunidade.

¹ Vide Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

2.1.4. Orientação vocacional e profissional

Quando olhamos para a palavra “vocação”, a ideia inicial que podemos manifestar é a de ser aquilo que alguém sente que nasceu para fazer, uma combinação de talento, gosto e propósito. Caldas Aulete e Fernando Bastop citados por César (1997, p. 20) endossam ainda mais a nossa compreensão com os seus pontos de vista. Para o primeiro, “Vocação é tendência, propensão ou inclinação para qualquer estado, profissão, ofício, etc. Disposição natural do espírito, índole, talento”. Já para o segundo, vocação é a disposição geral do indivíduo pela qual ele se sente atraído a um determinado gênero de vida, a uma carreira ou profissão. A disposição é devida tanto a qualidades inatas como a influências do meio social, principalmente da família.

Considerando esse pressuposto, fica claro que cada pessoa possui uma vocação, um propósito, mas nem todos conseguem perceber por vários factores como a falta de autoconhecimento, pressões externas, ausência de orientação vocacional. Ou seja, muitas pessoas carecem de informações, referências e apoio adequado para realizar uma escolha consciente, acabando por decidir de forma precipitada ou seguindo pressões externas, o que pode comprometer sua motivação. Por isso a Lei Nº 32/20 de 12 de Agosto - que altera a Lei Nº 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, no seu artigo, alínea e) perspectiva “Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida activa”.

Segundo Macêdo (s.d.), a escolha profissional representa um acto de significância e importância na vida de qualquer indivíduo sendo o ponto de partida para suas relações profissionais para os novos caminhos que serão percorridos. “Escolher aquilo que se quer fazer e ser na vida constitui o fundamental para o agente de educação” (Pakisi, 2023). Por esta razão, a orientação vocacional profissional emerge como um tema fundamental para a preparação do indivíduo.

A escola é compreendida como um espaço onde crianças, jovens e adultos adquirem conhecimento, desenvolvem capacidades, constroem valores e aprendem a viver em sociedade. Assim, a partir desse ponto de vista, podemos inferir que a escola assume funções sociais desde a base que se reflectem em diversos aspectos

como a dimensão pessoal e a dimensão das aquisições básicas intelectuais fundamentais, como refere o Professor José Luís Furtado Coelho².

A **dimensão pessoal** consiste em criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social; já a **dimensão das aquisições básicas intelectuais fundamentais** consiste em proporcionar a aquisição e o domínio de saberes, instrumentos, capacidades, atitudes e valores indispensáveis a uma escolha esclarecida das vias escolares ou profissionais subsequentes.

Segundo a Lei Nº 16/24 de 22 de Outubro – Lei do Sistema Nacional de Formação Profissional, no seu artigo 4º (Definições), alínea s), “Orientação profissional é o conjunto de actividades que auxiliam as pessoas a tomarem decisões sobre suas carreiras ou proceder à redefinição profissional”. Implica assim dizer que a orientação vocacional profissional proporciona às pessoas o autoconhecimento necessário para melhor orientar suas vidas em todas as vertentes.

Assim, segundo Bock (2002); Bock & Bock (2005) e Neiva (2007), citados por Azevedo (2015), a realização efectiva desta actividade com vista a oportunizar a todos os sujeitos que tenham chances de reflectir sobre suas escolhas, deve-se levar em consideração os seguintes pressupostos:

1º Pressuposto: Orientação Profissional é um processo que visa levar o orientando, através da reflexão proposta, uma escolha profissional de acordo aos seus interesses.

2º Pressuposto: Para qualquer escolha é necessário que se tenha um conjunto de informações pertinentes ao objecto da mesma.

3º Pressuposto: Ainda que a escolha profissional se caracterize como um processo individual, tal processo pode ser mediado pela participação em dinâmicas de grupo, onde este (o grupo) se torna um facilitador para a obtenção de informações e a realização de reflexões referentes ao próprio processo de escolha.

² Vide Coelho, J. L. F. (2017). Fascículo 1: Sebenta de Teoria de Desenvolvimento Curricular. Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo.

4º Pressuposto: Toda escolha feita através de um processo de reflexão é mais facilmente assumida, porque em nosso entender é uma escolha responsável e auto determinada.

5º Pressuposto: A carreira profissional acontece como um processo contínuo. Cada fase desse processo deve envolver uma escolha adequada. Quando realizada na escola, a orientação profissional se volta para uma abordagem educacional (Batista & Oliveira, 2021).

2.1.5. Educação financeira

Um outro segmento que mais impacta a vida das pessoas, positiva ou negativamente, tem que ver com as finanças. O dinheiro é um elemento sem o qual tudo ou quase nada funciona e todo mundo esforça-se para conseguir o seu. Mas essa busca nem sempre é acompanhada de uma gestão racional e essa lacuna contribui para o aumento do endividamento, a instabilidade familiar e a perpetuação de ciclos de pobreza.

A educação financeira entra em cena e promover a mesma desde cedo, de forma estruturada e acessível, é indispensável para formar cidadãos mais preparados, autónomos e capazes de enfrentar os desafios económicos do presente e do futuro. Para Levino & Dos Santos (2019):

A educação financeira proporciona uma compreensão a respeito do valor real do dinheiro e sobre como gerir as despesas. O processo de educação financeira não trata apenas de uma fórmula a ser seguida ou uma ferramenta financeira, mas tem como objectivo tornar o cidadão mais ciente para uma tomada de decisão.

A educação financeira vai muito além do simples acto de lidar com dinheiro, isto é, como refere o Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (2013):

Alguns conhecimentos e comportamentos básicos são necessários: (i) entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (a favor e contra); (ii) consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo; (iii) saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento; (iv) entender a importância e as

vantagens de planear e acompanhar o orçamento pessoal e familiar; (v) compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados; e, por fim, (vi) manter uma boa gestão financeira pessoal.

O mesmo Departamento ressalta ainda que a educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades, ou seja, podemos entender a educação financeira como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem a uma pessoa gerir de forma consciente, responsável e eficaz os seus recursos económicos.

2.1.6. Resolução de conflitos e cultura de paz

A vida em sociedade é uma dinâmica de grande complexidade. Comportando seres com particularidades completamente diferentes, ela não nos isenta de situações controversas, aliás, o conflito está impregnado naturalmente nas relações humanas, o que não poder ser visto somente como algo negativo. “O paradoxo é que o conflito pode ser uma força destrutiva ou agregadora. Esta dualidade faz com que ele seja um conceito importante a ser estudado e compreendido”³. Assim, no espaço escolar por exemplo, a divergência de opiniões entre alunos e professores, entre alunos e outros alunos ou entre professores e outros professores, pode dar origem a conflitos (Primor, 2021).

O conflito surge quando indivíduos ou grupos de pessoas, com o intuito de satisfazer as suas necessidades e interesses, perseguem objectivos que são percebidos como incompatíveis (ONU, 2001). É uma realidade inevitável nas relações humanas, o que significa que cada pessoa, ao nascer, está sujeito a viver essa experiência. Por isso, a resolução de conflitos e cultura de paz é um tema imprescindível para o qual todo cidadão deve estar preparado desde a base.

Segundo Daisaku Ikenda apud Primor (2021), a paz é o ponto de partida mais básico para o progresso da humanidade. A resolução de conflitos é o reflexo de uma cultura de paz sólida. Segundo a ONU, na sua Declaração e Programa de Acção sobre uma Cultura de Paz, apud Primor (2021), cultura de paz significa:

³ Vide Manual de Resolução de Conflitos da ONU (2001).

Um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilo de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e não-prática da violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e protecção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.

Verifica-se no nosso dia-a-dia o aumento da violência comunitária e urbana, polarização política intensa; conflitos identitários (religiosos, étnicos, partidários); manifestações que facilmente se transformam em confrontos. A convivência pacífica está fragilizada porque muitos grupos sociais já não dialogam - apenas competem ou se atacam. Por isso, como diz Zelma (2024), a construção cultural da paz em todos os ambientes de conflitos é uma meta de interesses sociais que incentivam até mesmo a iniciativa privada na tentativa de harmonizar os locais de trabalho e de uma forma geral harmonizar a convivência humana.

2.2. Sistematização dos temas por ciclos

Ao organizar os temas desde o ensino primário até ao ensino secundário, procura-se garantir que a formação integral dos alunos seja construída de maneira progressiva, integrada e alinhada às necessidades reais de cada faixa etária. Dessa forma, cada tema é introduzido no momento mais adequado, aprofundado conforme a maturidade dos alunos e articulado de modo a construir aprendizagens significativas e duradouras.

Tabela 1 - Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)

Tema	Conteúdo
Educação patriótica	Símbolos nacionais (bandeira, hino, heróis nacionais); datas históricas importantes; respeito pelos espaços públicos; noções de direitos e deveres; espírito de trabalho, disciplina e inovação em benefício da nação, combate à corrupção desde a base.
Filosofia para crianças e jovens	Verdade: duvidar, perguntar e analisar
Primeiros socorros	Conceito; como pedir ajuda; cuidados com feridas, quedas, queimaduras leves; prevenção de acidentes em casa e na escola.
Orientação vocacional e profissional	Descoberta de talentos e interesses; actividades de exploração de profissões; reconhecimento de habilidades e talentos individuais
Educação financeira	Valor do dinheiro; poupança em cofrinho; diferenças entre necessidade e desejo.
Resolução de conflitos e cultura de paz	Respeito, partilha e cooperação; como pedir desculpa; comunicação não violenta.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - 1º Ciclo do Ensino Secundário (7ª à 9ª Classe)

Tema	Conteúdo
Educação patriótica	Constituição, instituições, eleições, combate à corrupção desde a base, espírito de trabalho, disciplina e inovação em benefício da nação; resgate e valorização da cultura e das línguas nacionais.
Filosofia para crianças e jovens	Introdução à lógica e ao raciocínio crítico; dilemas éticos do quotidiano; técnicas básicas de debate e argumentação; exercícios de debate e argumentação, escuta activa e respeito à diversidade de opiniões.
Primeiros socorros	Técnicas simples de primeiros socorros (cortes, queimaduras leves, desmaios); noções sobre suporte básico de vida
Orientação vocacional e profissional	Conhecimento de áreas profissionais; noções de escolha vocacional; testes vocacionais simples; estilos de aprendizagem; reflexão sobre os pontos fortes, fracos, valores e interesses de longo prazo.
Educação Financeira	Planeamento simples de despesas; importância da poupança; noções de orçamento familiar.
Resolução de conflitos e cultura de paz	Estratégias de mediação escolar; empatia e escuta activa; prevenção do bullying.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 - 2º Ciclo do Ensino Secundário (10ª à 12ª/13ª Classe)

Tema	Conteúdo
Educação patriótica	Análise crítica de processos políticos e sociais; participação juvenil na vida pública; cidadania activa e responsabilidade social, espírito de trabalho, disciplina e inovação em benefício da nação.
Filosofia para crianças e jovens	Estudo de filósofos clássicos e contemporâneos adaptados; ética, liberdade e responsabilidade; reflexão crítica sobre problemas sociais actuais, morte, felicidade.
Primeiros socorros	Formação prática em suporte básico de vida (RCP); gestão de acidentes rodoviários e escolares; noções de saúde comunitária.
Orientação vocacional e profissional	Avaliação vocacional e profissional mais detalhada; reflexão sobre os pontos fortes, fracos, valores e interesses de longo prazo; planeamento de carreira; definição de metas académicas e profissionais; análise do mercado de trabalho.
Educação Financeira	Investimentos básicos, crédito e dívidas; empreendedorismo juvenil; análise crítica do consumo.
Resolução de conflitos e cultura de paz	Técnicas de negociação; direitos humanos e paz social; análise de conflitos sociais e políticos.

Fonte: Elaboração própria

3. Considerações finais

A reflexão feita ao longo deste artigo evidencia naturalmente a necessidade de redefinir e ampliar o currículo escolar, especialmente no que se refere à inclusão de temas formativos que preparem efectivamente os indivíduos para as reais situações da vida, aliás, estes conteúdos não apenas preparam os indivíduos para lidar com os desafios quotidianos, mas também promovem competências que favorecem a participação responsável na sociedade, o desenvolvimento pessoal e a construção de uma convivência mais justa e harmoniosa. A nossa reflexão permitiu-nos ainda compreender a necessidade de se estabelecer uma relação tripartida – escola, família e comunidade – como elemento impulsionador para o sucesso dessa proposta. Picanço (2012) sublinha o seguinte:

Ajudar os pais e encarregados de educação a ultrapassar alguns obstáculos, e ainda ajudando toda a comunidade educativa, acreditando nos benefícios que esta envolvimento trará à escola, tendo a responsabilidade de ajudar as autoridades escolares a perceberem que esta é uma aliança fundamental e cada vez mais urgente sendo de extrema importância criarem-se espaços para receber os pais/encarregados de educação, pedindo colaboração de outros técnicos de educação é um indicador muito importante o êxito na formação do indivíduo.

Os documentos legais consultados apresentam intenções nobres de tal modo que, se aplicadas, elevam o grau de preparação do homem que se pretende a todos os níveis, sobretudo os níveis relacionados aos temas propostos. Por isso, a escola, enquanto instituição social estratégica, deve assumir a responsabilidade de olhar para os contextos e repensar uma proposta educativa à altura dos desafios da sociedade.

Repensar os temas obrigatórios na escola não significa apenas actualizar o currículo, mas promover uma educação mais humanizada, crítica e emancipadora, entendimento que traduz bem os quatros objectivos gerais e prioritários para a educação brasileira, conforme Dermeval Saviani apud Piletti (2004): educação para a subsistência, educação pra a libertação, educação para a comunicação, educação para a transformação.

4. Referências bibliográficas

Aranha, M. L. A. & Martins, M. H. P. (2016). *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 6. ed. — São Paulo: Moderna

Azevedo, Cleomar (2015). *A escolha profissional no contexto atual: repensando a questão*. VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXII Jornadas de Investigación XI Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Banco Central do Brasil – Departamento de Educação Financeira (2013). *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013. Disponível on-line texto integral: www.bcb.gov.br

Brenifier, O. (2007). *A prática da Filosofia com crianças* (Abreu, M. L. & Abreu, S. G., Trad.). SEDRAP).

César, M. L (1997). *Vocação; perspectivas bíblicas e teológicas*. Editora Ultimato

Chaui, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo. Ed. Ática

Angola (2017). Decreto Presidencial N° 185/17 de 11 de Agosto – Regulamento Orgânico do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Diário da República.

Angola (2014). Decreto Presidencial N° 273/14 de 23 de Setembro – Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Emergências Médicas de Angola. Diário da República.

Gramática (2021). *Etimologia de “educação”*. Obtido aos 10/11/2025. <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-educacao/>

Kundongende, J. C. (2013). *Crise e resgate dos valores morais, cívicos e culturais na sociedade angolana*. Huambo. CERETC.

Angola (2024). Lei N° 16/24 de 22 de Outubro – Lei do Sistema Nacional de Formação Profissional. Diário da República.

Angola (2020). Lei N° 32/20 de 12 de Agosto - que altera a Lei N° 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República.

Levino, N. A. & Dos Santos, A. M. A. (2019). *Educação financeira para iniciantes*. Edufal

Ludwig, A. W. (2025, 31 de Março). *Nacionalismo e educação patriótica*: Le Monde Diplomatique Brasil. <https://diplomatique.org.br/nacionalismo-e-educacao-patriotica/>

Macêdo, R. A. (s.d.). *A importância da orientação vocacional/profissional para o direcionamento de carreira na adolescência*. DOI: 10.47573/aya.5379.2.95.18.

Masschelein, J. & Simons, M. (s.d.). *Em defesa da escola: uma questão pública* (Antunes, C. Trad.).

Pakisi, A. (13 de Janeiro de 2023). *Ensino de qualidade: equação do desenvolvimento*. ORGANIZAÇÃO Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo. ISCED-Huambo, Huambo, Angola.

Picanço, A. L. B. (2012). *A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA – AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM* (Relatório de Mestrado apresentado na Escola Superior de Educação João de Deus, para a obtenção do Título de Mestre em Supervisão Pedagógica, sob a orientação do Professor Doutor José Maria de Almeida). ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS.

Piletti, C. (2004). *Didática Geral*. São Paulo: Ática. Ed. 23.

Primor, A. C. (2021). *Cultura de Paz – Instituto Federal Catarinense: O que são e como lidar com os conflitos no ambiente escolar*.

Redação Brasil Paralelo. (2022, Agosto, 16). *Descubra o que é Patriotismo*. Brasil Paralelo. Obtido aos 10/11/2025. <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-patriotismo/>

Sacristán, G. (2013). *Currículo: fundamentos para a intervenção*. Porto Alegre: Artmed.

Santos, D. (s.d.). *O dignificado de escola*.

Santos, M. T. (2012). *FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: TEXTOS E PRÁTICAS EM PORTUGAL*. *Childhood & Philosophy*, vol. 8, núm. 15, enero-junio, 2012, pp. 197-

218 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Maracanã, Brasil. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512051606010>.

Silva, C. M. R. (2011). *TORNAR-SE PROFESSOR: Desenvolvimento Curricular e Construção do Conhecimento Profissional (Tese de Doutorado)*. Universidade de Minho.

Zelma, S. L. C. (2024). *Conflitos e a importância da cultura da paz*. Revista do Direito, Centro Universitário de Barra Mansa, Barra Mansa, v.10, n.1, dez de 2024, p. 57-67, ISSN 2238-7390.

Sobre o autor

Licenciado em Ciências da Educação, na especialidade de Educação Primária, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela. Licenciando em Direito pelo Instituto Superior Politécnico Maravilha.